



PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO

2025/2028



PREFEITA
PROFESSORA
NELSI
Vice João Moacir

13

COLIGAÇÃO **TOLEDO DA ESPERANÇA**



SUMÁRIO

PRINCÍPIOS DE GESTÃO	3
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	4
GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO	6
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO	8
EDUCAÇÃO INFANTIL, ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL	9
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	10
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE.....	10
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	10
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A SAÚDE	11
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM O ESPORTE E LAZER.....	13
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME.....	15
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO	16
SISAN FORTE NO MUNICÍPIO	17
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ABERTURA PARA O APOIO DO GOVERNO FEDERAL	17
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	17
PLATAFORMA DE GOVERNO DIGITAL	18
CIDADE DE TOLEDO MAIS CONECTADA E SUSTENTÁVEL	19
PROPOSTAS E COMPROMISSOS AO ESTÍMULO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	19
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO.....	20
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O TRABALHO	21
A CENTRALIDADE DO TRABALHO	22
FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	22
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	22
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O TURISMO	23
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O MEIO AMBIENTE, NATUREZA E CLIMA	25
CIDADES RESILIENTES	25
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES URBANAS	26
ADAPTAÇÕES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	27
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A HABITAÇÃO.....	28
MOBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	28
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A COMUNICAÇÃO	29
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	31
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A CULTURA.....	31
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A ÁREA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS	32
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA COM AS MULHERES DE TOLEDO	33
PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A JUVENTUDE	35
PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A AGRICULTURA E O AGRONEGÓCIO	35



PRINCÍPIOS DE GESTÃO

O Partido dos Trabalhadores, desde suas origens, se pautou pela mobilização e participação social nas questões que envolvam o destino das comunidades, o melhor uso de recursos públicos e a definição de prioridades.

Tendo como premissa o orçamento participativo, as gestões petistas buscam sempre o envolvimento da população nas decisões de governo, de modo que as demandas sociais sejam melhor compreendidas pelos agentes públicos e estejam priorizadas nos planos plurianuais e peças orçamentárias.

O modo petista de governar diminui a diferença entre governante e governado, tornando esta relação mais transparente e respeitosa, empoderando o povo nos encaminhamentos e priorização de suas demandas. Esta prática, no entanto, diferencia o Partido, mas não é a única forma de fazer uma gestão democrática e participativa. Ao estimular a participação, a mobilização popular é promovida e novos atores sociais irão se manifestar na defesa de suas comunidades, de suas demandas, de suas urgências e prioridades.

O saber ouvir e abrir canais para o diálogo se faz obrigatório para este gestor comprometido com as causas sociais, e implica na adoção por todos os agentes públicos do governo deste mesmo princípio. Não se trata de abrir espaços de conversação com a população, ou ampliar os mecanismos ou serviços de informação ao munícipe, mas, sim, de adotar um novo conceito de gestão que empodere o povo nas suas relações com o governo e concilie soluções que atendam os problemas desde os urgentes àqueles priorizados pelas comunidades.

Esta nova gestão pública com base no diálogo e na participação social permitirá ao gestor um melhor entendimento do que é esperado e dos munícipes uma melhor compreensão da real capacidade de realização disponível, dada as limitações técnicas e financeiras existentes.

Esta proximidade e disposição da gestão tem como consequência o maior controle social e aumento da transparência governamental, tornando a gestão verdadeiramente democrática e participativa.

Em relação ao modelo tradicional vigente na gestão pública, o modelo petista de gestão democrática e participativa logra grande êxito nos resultados alcançados, visto que permite que o plano de governo seja aprimorado com o diálogo constante com a população, de modo que programas e ações de governo estejam a serviço do povo como políticas públicas e não como ações meramente eleitoreiras.

Neste novo modelo, a relação entre as partes envolvidas passa a ser de confiança, apoio e respeito, modificando o status quo existente baseado na desconfiança, na autoridade e poder centrado. Para tanto, os canais de comunicação devem estar constantemente abertos e aptos a possibilitar o diálogo, base deste modelo, adotando-se as tecnologias disponíveis e aperfeiçoando-as sempre. A construção e consolidação das políticas públicas, tão necessárias para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, exige a maior



participação de setores organizados da sociedade de modo a contribuir com o crescimento sustentável do município, estado e nação.

Uma gestão democrática e participativa exige a formação e existência de conselhos de políticas públicas constituídos por meio de eleições diretas que represente segmentos específicos da sociedade e tenha liberdade de atuação tanto para aconselhar como deliberar diretrizes a serem observadas pelo governo.

Estes conselhos de políticas públicas, de igual forma, deverão ser instâncias de diálogo e de ampla participação social e representação segmentada para os fins de garantia dos direitos das minorias, a igualdade de direitos, identificação e legitimação, conformados em colegiado, consultivo e deliberativo limitados às respectivas áreas de atuação. Da mesma forma, as instâncias de poder e representação devem garantir a paridade, tendo o poder público o papel de consultor e mediador de interesses.

Da mesma forma, aos movimentos e coletivos se garante a representatividade junto ao governo para os seus fins por meio dos fóruns permanentes e das conferências.

De igual forma é garantido ao cidadão os mesmos canais de participação, tendo a oportunidade de se relacionar com a gestão opinando e influenciando decisões por meio de enquetes e construção coletiva de propostas ou mesmo de projetos de interesse público.

Propõe-se neste contexto, como diretrizes a promoção do diálogo, o respeito e o comprometimento com os contratos coletivos firmados com o cidadão, comunidades, sociedade organizada e movimentos e coletivos.

Para a construção do diálogo se faz necessário adotar o princípio da tolerância e de aceitar o divergente e até mesmo o oponente como parte do processo de construção de um bem maior.

O diálogo, portanto, é a base de todo o processo democrático e decisório e deve ser estimulado e praticado na construção coletiva de consensos e para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído no primeiro governo do Presidente Lula e transformado em lei no primeiro governo da presidenta Dilma, veio para materializar o conteúdo da Política Nacional de Assistência Social, efetivando os artigos 6º, 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, e seu regulamento na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993). O SUAS se organizou em todo território nacional por meio de uma gestão de colaboração federativa e descentralizada, estabelecendo as corresponsabilidades dos entes federados. Ao longo dos governos de Lula e Dilma, o SUAS se expandiu ao estruturar uma ampla oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Essas iniciativas visam garantir a proteção social, abrangendo as dimensões de segurança de renda, acolhimento, convívio familiar, comunitário e social, desenvolvimento e



autonomia, bem como a segurança de sobrevivência diante de riscos e calamidades. Os municípios brasileiros executam a grande maioria da rede de serviços do SUAS composta por 8.583 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 2.868 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; 9.500 Unidades de Cadastro Único; 30 mil acolhimentos de pessoas em situação de rua e 7.360 com maior concentração na Região Sudeste, seguida das Regiões Sul e Nordeste Atualmente são cerca de 55 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família, 96,6 milhões de pessoas estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal e mais de 100 milhões de benefícios transferidos com impacto positivo na economia, por meio da transferência de R\$ 14,1 bilhões por mês e aproximadamente de R\$ 168 bilhões/ano. Outro impacto social positivo é o Benefício de Prestação Continuada – BPC que permite a distribuição de renda (1 salário-mínimo mensal) para aproximadamente 5,8 milhões de pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência, ultrapassando R\$85 bilhões por ano.

Para viabilizar o acesso dessa população vulnerabilizada aos benefícios socioassistenciais, é necessário investir na expansão e qualificação da rede de serviços socioassistenciais. É importante destacar que após o ano de 2016, e nitidamente no período de 2018 a 2022, houve um desmonte generalizado das políticas e, em particular, da política de assistência social, com a criação de programas desvinculados da lógica do Sistema, resultando na drástica redução do financiamento em âmbito federal, caracterizando uma ruptura do pacto federativo, mesmo diante da pandemia da Covid-19 e das recomendações internacionais em direitos humanos e proteção social. O cenário de destruição das políticas sociais com flagrante subordinação dos direitos ao ajuste fiscal e às políticas de morte e ódio. Para o exercício de 2023 houve um corte de aproximadamente 95% na Lei Orçamentária.

Com um orçamento praticamente zerado seria impossível o governo eleito manter os serviços instalados e os compromissos junto aos municípios. Mas o Brasil voltou, o SUAS voltou e houve uma recuperação quase total do orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, totalizando um repasse de mais de 6 bilhões de forma regular e automática no ano de 2023 até maio do ano de 2024. O compromisso dos governos do PT e dos partidos aliados tem sido e continuará sendo o de efetivar, expandir e qualificar as ofertas do SUAS, ampliando os direitos sociais e a proteção social não contributiva.

Essas conquistas refletem a vontade política de alcançar todas/os as/os brasileiras/os, tirando da invisibilidade milhões de pessoas, fazendo deste país território de dignidade, de bem viver e de cidadania. É fundamental que os pleitos eleitorais sejam pautados no desafio de reconstruir e ampliar o SUAS, diante do desafio do governo Lula de reconstruir o Brasil, de modo a avançar, a partir de uma direção nacional e pelo protagonismo dos municípios, na superação da fome, da pobreza e das desproteções sociais em contextos desiguais. Esta nova ética, orientada por um projeto político popular, requer a ampliação do acesso à proteção social, considerando as diversidades humanas, regionais e territoriais.

O Governo da “**COLIGAÇÃO TOLEDO DA ESPERANÇA**”, trabalhará para o fortalecimento do SUAS, a superação da fome e da pobreza, essas propostas serão



referências para o executivo e legislativo compostos pelos partidos do **PT, PSOL, REDE, PV E PSB, PCdoB.**

GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

- Maior cobertura de serviços por meio da expansão e qualificação das Unidades Públicas de Assistência Social - CRAS, CREAS e Centros de Atendimento Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centros de Convivência, Acolhimentos, entre outros;
- Implantação de novas formas de acolhimento institucional na modalidade de guarda subsidiada, repúblicas, famílias acolhedoras para públicos vulneráveis, em especial das crianças e dos adolescentes, dos jovens egressos de acolhimento institucional e dos idosos com vínculos familiares rompidos;
- Criação de um Centro Pop na cidade de Toledo, unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. A unidade realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua, realizando atividades como:
 - fazer refeições;
 - ter um espaço para higiene pessoal e lavar suas roupas;
 - ter apoio para conseguir documentos pessoais;
 - guardar seus pertences;
 - ter informações sobre trabalho e;
 - tirar suas dúvidas sobre como ter acesso aos seus direitos.

O atendimento é de graça e você não precisa ter documento para ser atendido. Além disso, o endereço do Centro POP pode ser usado como referência para documentos ou para inclusão no Cadastro Único.

- Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito local, protegendo as crianças no tempo da infância e desenvolvimento integral.
- Garantir estrutura administrativa formal para a gestão do Cadastro Único no SUAS, com RH qualificado para fortalecê-lo como instrumento de planejamento para a gestão no município de Toledo.
- Garantir que o atendimento para o CadÚnico seja em postos exclusivos ou na rede socioassistencial de CRAS, CREAS.
- Garantir recursos humanos exclusivos para o CadÚnico com quantidade suficiente para a demanda e com perfil e habilidades técnicas que possam sistematizar os dados e transformar em informação e conhecimento do território, de modo que subsidie o



planejamento da gestão e ações do trabalho social, no contexto da Vigilância Socioassistencial.

- Destinação de recursos do Tesouro municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social para a sustentabilidade do SUAS, manutenção e expansão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme as necessidades das famílias;
- Realização de concurso público e organização de equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com efetivação de políticas de valorização do trabalho e do trabalhador;
- Implantação do Programa de Educação Permanente do SUAS, para formação continuada dos trabalhadores(as) e conselheiros(as) de assistência social, para alcançar os resultados do trabalho social com as famílias e comunidade local;
- Implantar ações de valorização das/dos trabalhadoras/es e melhoria das condições de trabalho.
- Fortalecimento da democracia participativa/deliberativa e do Conselho Municipal de Assistência Social, com capacitação continuada das/os conselheiras/os;
- Implantação de um programa de formação e educação popular no SUAS.
- Ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;
- Implantação de Programas de fomento da autonomia voltados à juventude, trabalhadores informais e desempregados, e mulheres;
- Implantação de serviços em conjunto com saúde mental para atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento conjunto de serviços domiciliares que possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com um ou mais membros familiares;
- Articulação de serviços integrados com a saúde que promovam o cuidado no domicílio.
- Fomento à integração entre as políticas de Assistência Social, de trabalho e renda e economia solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;
- Regulamentação e concessão de benefícios eventuais para atender situações de vulnerabilidade social temporária, destinados especialmente para jovens egressos de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes e pessoas com histórico de situação de rua, assim como o fomento e integração dos benefícios com a segurança alimentar e arranjos produtivos populares;
- Implantação de projetos de enfrentamento à pobreza com articulação e garantia de investimento técnico e financeiro a grupos populares, com priorização de mulheres e jovens, e integração com o Bolsa Família;



- Ampliação do trabalho social com famílias e territórios de maioria do Programa Bolsa Família na perspectiva da educação popular, visando o fortalecimento da autonomia e do desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias.
- Criar no município de Toledo o Centro Dia do Idoso, em consonância com a Política de Assistência Social, que é um equipamento destinado a ofertar o serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009:

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO

- Escola “ATIVA” em Tempo Integral, aumentando o percentual de matrículas na rede pública, mais tempo na escola para mais oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento integral com participação na vida comunitária.
- Compreender a escola como espaço de solução de conflitos e divergências por meio de um ambiente de diálogo acolhedor; Retomar o projeto “ESCOLA ATIVA”.
- Atuar com as instituições de ensino superior, preferencialmente públicas, no desenvolvimento de conteúdos e formação continuada de professores;
- Desenvolver centros vocacionais tecnológicos, conectando o sistema de CT&I(Ciência, Tecnologia e Inovação) do município ao sistema federal, e as ações de popularização da ciência por meio de museus e centros de CT&I(Ciência, Tecnologia e Inovação), espaços culturais, parques ambientais e outros equipamentos;
- Investir em programas de educação e capacitação em ciências, matemática, português para os alunos do ensino fundamental I e educação infantil, melhorando a leitura e a interpretação de textos.
- Processo de acompanhamento e avaliação da comunidade escolar, com participação e fortalecimento social dos Conselhos Escolares no desenho e no aprimoramento, entendendo que só os recursos financeiros para a criação de matrículas de tempo integral não solucionam o complexo desafio de organização dos sistemas de ensino.
- Buscar, no exercício da sua autonomia como ente federado, formas para assegurar a gestão democrática na educação, com o envolvimento efetivo da comunidade escolar;



- Ampliar e/ou Fortalecer o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e o Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, os Conselhos Escolares, os grêmios estudantis e as associações de pais, mães e mestres;
- Para promover a democratização da escola, a superação da violência e a valorização da vida é fundamental a integração da comunidade no ambiente escolar, com oferta de ações esportivas, culturais e de lazer.
- Recomposição do quadro dos profissionais da educação escolar por meio de concursos públicos, reduzindo o quadro de profissionais temporários;
- Investir no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de CMEIs, escolas e dirigentes das secretarias de Educação;
- Formação permanente e sistemática de educadores (as), especialmente em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;
- Assegurar formação dos profissionais da educação para a inserção qualificada das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem, priorizando-se a utilização de softwares e plataformas digitais livres, públicas e gratuitas;
- Investir em formação continuada para gestores escolares, numa perspectiva democrática, nas dimensões pedagógica, administrativa e humana;
- Investir na formação continuada para profissionais da educação numa perspectiva democrática e inclusiva, contra toda forma de preconceito.

EDUCAÇÃO INFANTIL, ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL

- Assegurar o atendimento integral da demanda manifesta por CMEIs e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos, realizando busca ativa, eliminando as filas de espera e atendendo às metas dos planos de Educação;
- Compreender a criança como sujeito de direitos, buscando atingir seu desenvolvimento integral, desde a primeira infância;
- Atender aos indicadores de qualidade da Educação Infantil;
- Regular a oferta privada de educação Infantil, com credenciamento e avaliação sistemática destas instituições de ensino;
- Ampliar os investimentos públicos em Educação Infantil;
- Aderir ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e compreender os anos iniciais do Ensino Fundamental como espaço-tempo decisivo da alfabetização na idade certa;
- Mapear, dos iniciais aos anos finais do Fundamental, estudantes em situação de vulnerabilidade social, e construir, em regime de colaboração, ações de assistência estudantil, de modo a assegurar a permanência na escola.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- Promover busca ativa para ampliar o acesso à alfabetização e à EJA;
- Articulação das políticas públicas de trabalho e educação com ações de inclusão sócio-produtivas adequadas ao público-alvo;
- Mapear categorias profissionais cuja maioria apresenta baixa escolaridade e organizar ações formativas ajustadas à sua realidade;
- Resgatar a memória cultural por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal e da ciberarte; (tema cultura)
- Retomar o projeto da escola pública popular, dotada de banda larga e plataforma pública, como espaço que permita conhecer a história do lugar, identificando a vida e o trabalho que produz a vida neste lugar.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

- Ações intersetoriais para o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da frequência à escola dos estudantes com deficiência, beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, entre outras políticas públicas;
- Aprendizado de braille, escrita alternativa, formatos de comunicação aumentativa e alternativa, recursos de tecnologia assistiva, habilidades de orientação e mobilidade;
- Aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e demais condições para a oferta da educação bilíngue nas escolas da rede municipal;
- Construir as adaptações necessárias nas práticas pedagógicas para que os estudantes estrangeiros consigam aprender a língua portuguesa e, assim, acompanhar as aulas, assimilar os conteúdos propostos e, de fato, se inserirem não apenas na comunidade escolar, mas na sociedade como um todo. Em paralelo, promover também a integração das famílias dessas crianças e jovens, para que todos possam se adaptar às diferenças culturais em sua nova realidade.

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

- Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;
- Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens;
- Processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças;
- Valorização das identidades sociais e culturais presentes nos territórios;
- Perspectiva de educação inclusiva, que considere características cognitivas, experiências culturais, especificidades e necessidades dos estudantes;



- Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;
- Formação continuada dos trabalhadores(as) da Educação;
- Assegurar que a formação dos trabalhadores em educação e a abordagem curricular relativa aos direitos humanos tratem da cultura da paz e da prevenção de todas as formas de preconceito e violência em relação aos negros, às mulheres, migrantes e à comunidade LGBTQIA+;
- Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação;
- Fortalecimento do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;
- Articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
- Revisão e aperfeiçoamento dos projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais, a serem acompanhados em reuniões sistemáticas;
- Integração de ações educacionais nos territórios, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e inter-secretarias e unidades escolares;
- Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas dificuldades e, principalmente, suas potencialidades;
- Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A SAÚDE

As ações e serviços de saúde no município de Toledo terão como princípio a garantia da saúde como direito humano, constitucional e de responsabilidade do Estado, com recursos adequados.

Garantia do desenvolvimento humano na sua integralidade, as condições e as escolhas de vida. Expandir e fortalecer a Atenção Básica, com o reforço da Estratégia Saúde da Família e da reorganização dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF/e-multi), além da expansão da quantidade de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), garantindo condições de acolhimento humanizado da população aos serviços desde seus locais de moradia e trabalho;

- Ampliação das UBSs, para que atuem como verdadeiros centros de cuidados para a população buscar atendimento médico inicial orientações e tratamentos básicos.
- Transformação do Hospital Regional de Toledo em hospital Universitário (Federalização)
- Saúde Mental, ampliar a rede de saúde mental constituída por vários dispositivos assistenciais que possibilitem a atenção psicossocial aos pacientes com transtornos mentais, segundo critérios populacionais e as demandas do município de Toledo.



Fortalecer a rede nas ações de saúde mental na atenção básica, fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços residenciais terapêuticos (SRT), tendo os CAPS como serviços estratégicos na organização de sua porta de entrada e de sua regulação.

- Garantir acesso à Rede de Atenção Especializada, implantando o “Mais Acesso a Especialistas”, e demais políticas emanadas do Ministério da Saúde, para superar gargalos e filas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas;
- Informatizar a Rede, com uso de Telessaúde, integrando-a à atenção básica e outros serviços do SUS;
- Garantir a responsabilidade do Estado na proteção, prevenção de doenças e promoção da saúde com ações de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição.
- Proteger a saúde do trabalhador e da trabalhadora para regular, investigar, monitorar e fiscalizar a saúde humana e ambiental, com reconhecimento das dinâmicas dos territórios e vigilância participativa.
- Ampliar o Programa Nacional de Imunizações, com ampla mobilização e ampliação de investimentos que garantam cobertura superior a 95% da população, ao mesmo tempo desenvolvendo estratégias que combatam as fake news e o movimento antivacina;
- Enfrentar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com prioridade para o câncer e as enfermidades cardiovasculares, com medidas e ações preventivas e diagnóstico precoce;
- Implementar em toda a rede de urgência as Linhas de Cuidado para atenção integral às vítimas de AVC, Infarto Agudo do Miocárdio e Trauma;
- Nortear as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças com o resgate de políticas públicas que atuem sobre os principais fatores de risco e estimulem a alimentação saudável, a atividade física e o controle da diabetes, o controle da hipertensão arterial, do tabagismo e do uso nocivo dos agrotóxicos;
- Promover ações intersetoriais para enfrentar problemas com as diferentes formas de violência, acidentes de trânsito e trabalho, poluição e degradação do meio ambiente, fome, obesidade e sedentarismo, entre outros males e comorbidades;
- Fortalecer a Rede de Urgência, reforçar o SAMU e qualificar as UPAs.
- Reestruturar a Rede de Atenção Hospitalar no SUS, ampliando leitos nas regiões de maior carência e integrando os hospitais universitários, filantrópicos e privados em redes de atenção, com fortalecimento dos instrumentos de contratação e regulação pública dos serviços;
- Promover na esfera municipal a saúde mental com os princípios da Reforma Psiquiátrica;
- Fortalecer os programas de prevenção a saúde coletiva, organizando eventos com a estrutura das secretarias municipais para a disseminação dessas campanhas, com o objetivo de atingir o maior número de pessoas.



- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos Direitos Humanos;
- Fortalecer no nível municipal o Programa Farmácia Popular, a Farmácia Viva e Fitoterápicos, a política nacional de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção, permitindo o acesso rápido, qualificado, racional e eficaz aos medicamentos;
- Apoiar o Programa Brasil Sorridente, assegurando a integralidade da assistência à saúde bucal;
- Fortalecer a participação popular democrática e o controle social no SUS por meio das Conferências e Conselhos municipais, os quais devem ser referência para a deliberação de políticas de saúde, com planejamento participativo, transparência de gestão e ampliação da base social de defesa do SUS;
- Fortalecer a gestão pública e o papel da Secretaria Municipal de Saúde como produtora de políticas públicas e gestora da rede de saúde;
- Valorizar o trabalho em saúde para que os trabalhadores/as da saúde tenham vínculos protegidos por concursos, salários, jornadas e ambientes de trabalhos dignos, saudáveis e seguros;
- Fortalecer a educação permanente na saúde, ordenada pelo SUS, com vistas a mudanças da formação, que deve ser orientada pelas necessidades de saúde da população;
- Articular universidades e instituições de ensino, gestão pública, serviços de saúde, trabalhadores/as e movimentos sociais;

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM O ESPORTE E LAZER

Vale lembrar que há um grande desafio de acesso. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional (PNUD, 2017), apenas 37,9% da população brasileira com 15 anos de idade ou mais pratica algum esporte. As enormes desigualdades existentes no País se refletem no acesso às práticas esportivas, quando se comparam os diferentes marcadores sociais, como classe, sexo, raça, idade, deficiência e nível de rendimento mensal domiciliar per capita. Para tão distintos dados da realidade, há que se pensar em diretrizes amplas, passíveis de serem contempladas nos municípios, em consonância com estatutos e legislações da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, dos povos indígenas, da igualdade racial e de gênero, bem como com as Leis Orgânicas Municipais.

- Desenvolver mecanismos que assegurem ao munícipe acesso ao Esporte e Lazer em suas dimensões de conhecimento, prática e fruição, dando vazão aos preceitos constitucionais previstos na Carta Magna, em seus artigos 6º e 217;
- Fomentar, por meio das políticas públicas, o Esporte e o Lazer como direitos constitucionais, cujas manifestações se dão nos campos da educação, da participação comunitária e do alto rendimento;



- Constituir um Fundo Público Municipal voltado para financiamento das ações, dos programas e dos projetos de Esporte e Lazer;
- Desenvolver mecanismos, como conferências e conselhos, que garantam a participação e o controle social dessas políticas;
- Desenvolver a cadeia produtiva esportiva, garantindo a interação com a economia solidária e a participação popular;
- Elaborar, desenvolver e fiscalizar políticas, programas e ações de Esporte e Lazer incluídas, de valorização coletiva e individual, com respeito às diferenças;
- Desenvolver ações esportivas e de lazer que deem ênfase à promoção das infâncias e juventudes do município, invertendo tendência dominante de se fazer representar em competições esportivas regionais e estaduais por jovens de outras localidades, tão somente por seu maior potencial de rendimento esportivo;
- Desenvolver políticas de construção, manutenção e inovação de equipamentos e espaços públicos para práticas esportivas e recreativas, dando vazão a interesses socioculturais passíveis de serem assimilados como exercício de cidadania;
- Desenvolver e qualificar os governos eletrônicos (e-Govs) e as páginas virtuais oficiais da administração pública como desafio de modernização da gestão do Esporte e Lazer a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Fomentar o desenvolvimento de distintas culturas corporais como ocupação lúdica, crítica e criativa do tempo livre nos esportes, na ginástica, no jogo, na dança, no skate e na luta, em especial na capoeira e no futebol, fenômenos da identidade nacional;
- Elaborar ações intersetoriais com as áreas de Saúde e Segurança, por meio de programas que visem desenvolver o hábito de práticas corporais periódicas (Academia da Saúde, entre outras), com acesso da população em geral ao Esporte nos ambientes escolar e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução dos índices de violência;
- Fazer um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer, contemplando: o levantamento de informações populacionais, com as devidas segmentações; as oportunidades e os interesses no campo das políticas públicas da área, incluída a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local;
- Criar e ou fortalecer o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, assegurando a aplicação dos requisitos para seu funcionamento:
 - Estrutura administrativa;
 - Conselho representativo e consultivo;
 - Orçamento ordinário e fundo de financiamento;
 - Composição do quadro funcional;
 - Política de formação continuada em serviço dos(as) servidores(as) públicos(as), dos agentes comunitários e dos usuários.

São desafios importantes para garantir o Esporte e o Lazer como direitos substantivos e melhoria da qualidade de vida por toda a vida.



PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME

O Brasil comemorou em 2014 a saída do Mapa Mundial da Fome, mas poucos anos depois não havia mais o que comemorar. Em 2022, foram 33 milhões de brasileiros passando fome. Apesar desse cenário, já no final de 2023, com pouco tempo de governo Lula, 24 milhões de brasileiros haviam sido retirados da situação de fome. Há muito tempo ficou para trás no mundo todo a ideia equivocada da fome como problema individual, cuja responsabilidade cairia somente sobre os ombros daqueles que passam por essa indigna experiência. A fome é reconhecida como problema público, social e estrutural. Portanto, a fome é resultado do modo como a sociedade se reproduz e se organiza. Por isso, deve ser combatida pelos municípios, pelos estados, pelo governo federal e pela sociedade civil. A política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no entanto, vai além do combate à fome. A SAN envolve a busca por sistemas alimentares mais sustentáveis e ações, programas e políticas relacionados à produção de alimentos saudáveis, ao acesso e consumo de alimentos, à água de qualidade, ao consumo de alimentos em quantidade necessária, à educação alimentar e nutricional, aos preços dos alimentos e à redução da obesidade, do desperdício de alimentos e do uso de agrotóxicos, devem ser preocupações permanentes. A política de SAN é intersetorial e envolve diferentes políticas públicas como saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário e abastecimento.

Por exemplo: na educação, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); na saúde, há o Banco de Leite; na assistência social, há as cestas básicas e as transferências de renda (Bolsa Família e BPC); no desenvolvimento agrário, há a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e no abastecimento, há os Bancos de Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, com os objetivos de formular e implementar políticas e planos de SAN e estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil. A população brasileira, quatro anos depois, conquistou a inclusão do Direito à Alimentação como direito irrevogável na Constituição Federal. Diretrizes para Município de TOLEDO sem Fome.

- Cestas Verdes, (COMIDA DE VERDADE), inclusão nas cestas com produtos “verdes” como abóbora, tomate, mandioca, batata doce, cebola, cenoura e folhagens, que podem ser adquiridos da agricultura familiar por meio do PAA;
- Restaurantes Populares, com refeições balanceadas a preços acessíveis;
- Cozinhas Comunitárias, com refeições prontas diretamente nos bairros e comunidades;



- Plantio de Árvores Frutíferas, em escolas públicas, praças, canteiros e terrenos públicos com a participação da comunidade, e fomento ao plantio em espaços privados;
- Apresentar projeto de lei “Água da Casa”, que torna obrigatória a disponibilidade gratuita de água filtrada em restaurantes, padarias, bares e lanchonetes;
- Fortalecimento das feirinhas semanais e criação do ARMAZÉM DA FAMÍLIA, similar aos Mercados Públicos Municipais.
- Estruturação dos espaços onde as feiras acontecem com banheiros, local para higienização das mãos, quiosques e rua coberta;
- Vitrine da agroecologia e cultura.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

- Campanhas de promoção da alimentação saudável;
- Feira de Orgânicos ou Feiras Agroecológicas, espaço para barracas e feiras, apoiando a criação e manutenção de feiras com produtos sem veneno;
- Quitandas e Sacolões Públicos, nos quais se vendem alimentos in natura e minimamente processados, grãos e produtos da agricultura familiar a preços baixos;
- Baldinho, programa que entrega matéria orgânica, produzida a partir de lixo orgânico coletado na comunidade, para hortas, quintais produtivos e produção de alimentos nas cidades;
- Hortas Urbanas, ações de agricultura em praças e espaços públicos vazios, com fornecimento de sementes, água e energia;
- Vedação, dentro de escolas públicas e privadas e de eventos culturais, esportivos ou educacionais destinados às crianças, de publicidade e venda de bebidas açucaradas (refrigerantes e sucos artificiais, responsáveis por obesidade, diabetes e queda dentária) e de alimentos ultraprocessados;
- Território Sem Agrotóxico, delimitação de território em que se veda o uso de agrotóxico na produção de alimentos, para incentivar e possibilitar a produção sustentável de alimentos saudáveis e livres de veneno.

SISAN FORTE NO MUNICÍPIO

Maior atenção e cuidados ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN são cada vez mais exigidas para assegurar alimentação na quantidade e qualidade necessária. É preciso destacar que o fortalecimento dessa importante política pública, assegurada em lei, contribui para mitigar as significativas diferenças de renda da população que buscam uma melhor alimentação.. Essa adesão foi fundamental para o município poder acessar equipamentos públicos e alavancar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN – por meio da implantação de Restaurantes Populares.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ABERTURA PARA O APOIO DO GOVERNO FEDERAL

Criação do Conselho Municipal de SAN (COMSEA), importante órgão consultivo vinculado ao gabinete do Prefeito, composto por Secretários Municipais e organizações da sociedade civil, reunidos para articular e integrar os programas e ações. É um importante espaço de participação social, que garante a vitalidade da agenda de SAN no território, agregando diferentes atores da sociedade civil com atuação em ações relacionadas aos sistemas alimentares.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes na vida das pessoas pelo uso da internet, das plataformas digitais e das redes sociais. Elas alteram o relacionamento de natureza interpessoal, laboral, cultural, político, econômico e, não menos importante, o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Nosso ponto de partida é que as TICs contribuam para a construção de uma sociedade com maior equidade, justiça social e responsabilidade ambiental. O emprego de tecnologias digitais por si só não resolve os problemas das cidades, mas o uso adequado dessas tecnologias pode ser um caminho para a construção de cidades mais humanas e sustentáveis.

- Implementar infraestrutura de banda larga para conectar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança;
- Implementar programa de conexão nas escolas públicas e a partir destas levar conectividade para outras estruturas públicas;
- Implementar programa de inclusão digital cidadã, levando internet gratuita para beneficiários do Bolsa Família e wi-fi público e gratuito em equipamentos sociais coletivos (praças, centros comunitários e bibliotecas, entre outros), de modo a reduzir o hiato digital e as diferenças socioeconômicas entre as pessoas;
- Promover o letramento digital das pessoas e ações para a inclusão digital significativa da população a partir de uma conectividade de qualidade; acesso a dispositivos de qualidade; promoção de letramento digital para evitar a disseminação de informações falsas (fake news) e qualificação das pessoas para ocupações cada vez mais dependentes das tecnologias digitais.



PLATAFORMA DE GOVERNO DIGITAL

- A Plataforma de Governo Digital é um meio pelo qual se pode acelerar a universalização do acesso aos serviços do governo municipal, a participação popular nas decisões públicas e a transparência com controle social sobre as ações do governo;
- Criar/aperfeiçoar plataforma de serviços “sua cidade online”, com acesso a uma variedade de serviços municipais, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade na gestão pública;
- Login único, com desenvolvimento de plataforma de serviços digitais, integrado ao Gov.BR, para oferta e acesso a uma variedade de serviços municipais, a exemplo de agendamento de consultas médicas, matrícula escolar e solicitação de documentos;
- Plataforma de fácil navegação via web e aplicativo móvel, atendendo aos requisitos do ePING (Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) e eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), desenvolvidos pelo Governo Federal;
- Implementar programas de telemedicina para permitir consultas médicas virtuais, especialmente em áreas remotas ou carentes de atendimento médico;
- Promover a teleducação, oferecendo aulas e recursos educacionais online para estudantes de todas as idades;
- Revitalizar o sistema de alvará online para simplificar o processo de obtenção de alvarás para diferentes tipos de atividades (comerciais, industriais e serviços);
- Integrar a divulgação dos serviços públicos com as Redes Sociais e Aplicativos de Mensagens, permitindo notificações de agendamentos e lembretes de compromissos, com possibilidade de ações ativas e reativas no contato com o cidadão;
- Todos os sistemas devem ser projetados com medidas robustas de segurança e proteção de dados pessoais para garantir a confidencialidade e a integridade das informações dos usuários;
- Orçamento e planejamento participativos: garantir a participação da comunidade na aplicação dos recursos materiais e humanos da municipalidade, bem como no planejamento das ações governamentais, desenvolvendo um conceito de cidade em rede. Fortalecer a democracia participativa, aumentar a eficiência na gestão e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- Monitoramento e avaliação: criar indicadores de transparência e participação cidadã para acompanhar o desempenho dos programas ao longo do tempo, com realização de avaliações periódicas em que haja a participação da sociedade civil para identificar pontos de melhoria e corrigir possíveis distorções e publicação de relatórios de prestação de contas que apresentem os resultados alcançados e os próximos passos a serem dados;
- eOuidoria: criação de uma plataforma digital para receber denúncias, sugestões, reclamações e elogios da população, com garantia de que as manifestações recebidas sejam devidamente registradas, respondidas e acompanhadas pelos cidadãos.



CIDADE DE TOLEDO MAIS CONECTADA E SUSTENTÁVEL

- Desenvolver e implementar tecnologias que permitam antecipar e prevenir desastres ambientais, com mapeamento de áreas de risco e sistema de alarmes nas emergências;
- Desenvolver e implementar tecnologias de monitoramento da qualidade ambiental no município (qualidade do ar e emissão de carbono na atmosfera, qualidade dos cursos d'água, identificação dos locais e agentes responsáveis pela sua degradação, índice de arborização e cobertura vegetal natural, entre outros);
- Fomentar a inovação para automatização e monitoramento de serviços públicos mediante sistemas baseados em TIC que permitam a prestação de serviços com eficiência e eficácia (fluxo de tráfego e monitoramento de trânsito, modernização e controle da iluminação pública; coleta e destinação final de lixo, entre outros).

PROPOSTAS E COMPROMISSOS AO ESTÍMULO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- Implementar programa de capacitação em TIC para a população em geral e para empresas, cooperativas, empreendimentos da economia solidária;
- Compras públicas: implementar um sistema que busque promover os empreendimentos solidários, empreendimentos inovadores em TIC, especialmente para Pequenas e Médias Empresas (MPes), cooperativas, associações e startups;
- Portal de Oportunidades: criar uma plataforma online que centralize informações sobre os empreendimentos solidários e inovadores cadastrados no município, com informações sobre licitações, oportunidades de negócios e demandas dos setores público e privado, de forma clara e acessível, servindo como canal de fomento à economia local, incentivando a troca de experiências;
- Incentivo Fiscal e Financeiro: oferecer incentivos fiscais e financeiros para os empreendimentos solidários e inovadores, como redução de impostos municipais e linhas de crédito em parcerias com instituições financeiras locais, visando oferecer condições vantajosas de financiamento e acesso a capital de giro.

Para fortalecer os pequenos negócios e impulsionar a economia, abrir diálogo com o SEBRAE, sobre a implementação do “GUIA DE APOIO”, recomendações contidas na cartilha **"Eleições 2024: Candidato Parceiro do Pequeno Negócio"**. na proposição de uma agenda estratégica focada no empreendedorismo e no desenvolvimento econômico, com políticas públicas destinadas a fortalecer os pequenos negócios, visando auxiliar as implementações de medidas que promovam o crescimento sustentável e a prosperidade local.



Propostas como:

- Compras Governamentais
- Cooperativismo e Crédito
- Empreendedorismo Feminino
- Empreendedorismo na Escola
- Gestão Municipal
- Inclusão Socioproductiva
- Inovação
- Lideranças Locais
- Marketing Territorial
- Microempreendedor Individual (MEI)
- Sala do Empreendedor
- Simplificação e Desburocratização
- Sustentabilidade

Os pequenos negócios representam um verdadeiro motor na economia local e brasileira.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO

- Apoiar a criação de ecossistemas de inovação municipal a partir do mapeamento e articulação de atores como instituições de Ciência e Tecnologia, empresas privadas e públicas de base tecnológica, startups, incubadoras tecnológicas, sindicatos de trabalhadores, entre outros, que atuam no município;
- Criar programas de capacitação em TIC para o funcionalismo com o objetivo de elevar a qualidade da gestão dos serviços públicos em todos os órgãos do Município;
- Desenvolver políticas que impulsionam a soberania tecnológica, com uso de software público brasileiro e software livre, bem como políticas de proteção de dados e cibersegurança;
- Estimular o uso de inteligência artificial, acompanhado do debate permanente sobre regulação de seus efeitos, limites éticos e possibilidades, especialmente no que se refere à organização do trabalho ante os riscos, não negligenciáveis, de desemprego;
- Apoiar o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, garantindo a diversidade de perspectivas e expertises com vistas ao desenvolvimento econômico e social do município;
- Implementar o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia fomentando pólos e parques tecnológicos, startups, economia circular e criativa e as redes de economia solidária;
- Utilizar os espaços do CENTRO DE EVENTOS para a criação e implementação das incubadoras contribuindo para a promoção do empreendedorismo, do desenvolvimento econômico-regional, da geração de empregos, do desenvolvimento



tecnológico e da diversificação econômico-regional, oferecendo produtos e serviços inovadores.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O TRABALHO

As relações de trabalho no município refletem o ambiente legal e as regulações que condicionam a convivência entre Capital e Trabalho no País. Desde o advento da reforma trabalhista do governo Temer, nota-se uma acentuação da tendência à precarização do trabalho nas cidades. Houve um retrocesso do emprego formal, com a perda de 9 (Nove) milhões de postos de trabalho com carteira assinada desde 2015. Cresceram exponencialmente as contratações de caráter temporário, o número de trabalhadores por conta própria, além do uso distorcido do estatuto dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e PJs. Em todo esse período, de 2016 a 2022, o neoliberalismo mostrou de forma patente que é insustentável social, ambiental e economicamente e é incompatível com a vida e a democracia, resultando no aumento da miséria, da fome e da pobreza, gerando mais desemprego, mais informalidade e menos renda. No modelo que defendemos, a democracia e a solidariedade são pilares fundamentais e buscam a distribuição de renda e da riqueza, a eliminação das causas estruturais das desigualdades e a superação da fome e da pobreza.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO

- É indispensável apoiar os sindicatos e as organizações trabalhistas na mobilização contra as desigualdades estruturais que incidem sobre um mercado de trabalho precariamente estruturado, com alta informalidade.
- O poder de compra do Estado pode ser empregado de modo inteligente, com economicidade, para fomentar a contratação de Pequenas e Médias Empresas formais, bem como de MEIs, PJs e autônomos que não sejam um biombo para burlar a formalidade do trabalho;
- Para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, comprometida com a superação das desigualdades e na qual o trabalho decente ocupe um papel central, é essencial que os direitos sociais sejam respeitados e todas as formas de discriminação, eliminadas;
- É também fundamental que haja a estruturação de uma base econômica na qual os setores essenciais estejam conectados em cadeias produtivas nacionais regionais e locais, gerando não só capacidade para o desenvolvimento de fornecedores de matérias primas como de empreendedores capazes de produzir e utilizar tecnologias transformadoras, geradoras de empregos de qualidade e difusoras de conhecimento.



FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Implantar um sistema de negociação coletiva com os servidores públicos municipais por meio das mesas de negociação municipais que ampliem direitos e aumentem a qualidade dos serviços públicos, independentemente da natureza do vínculo e da atividade econômica;
- Assegurar que o modelo de organização sindical construído pelos próprios trabalhadores tenha garantias para representá-los e protegê-los;
- Implementar ações que eliminem todas as formas de discriminação, respeitem direitos e amplifiquem a igualdade de gênero e raça no trabalho;
- Implementar programas que assegurem trabalho e renda de forma direta e por meio de investimentos públicos em áreas estratégicas;
- Dar eficácia e legitimidade à garantia de emprego do artigo 7, inciso I, da Constituição federal.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A reciclagem envolve mais de 1 milhão de pessoas no País, na sua grande maioria pessoas negras e mulheres. Fechar lixões e ampliar a coleta seletiva nos municípios, contratando catadores e catadoras; efetivar a logística reversa; estruturar, financiar e garantir assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários são meios já amplamente desenvolvidos para se combater o desemprego e a informalidade;

- Fomentar a formação de cooperativas sociais e de trabalho, com estratégias de formação, capacitação e assessoria técnica para execução de políticas públicas é também um recurso relevante;
- Ampliação dos programas de aquisição de alimentos saudáveis e incentivo à agricultura familiar como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PLANAPO (Plano Nacional Agroecologia e Produção Orgânica) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Prover o acesso ao crédito facilitado e desburocratizado para os pequenos negócios, micro e pequenas empresas. Incluir as cooperativas de crédito como operadoras do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às MicroEmpresas e Empresas de Pequeno Porte) e criar um fundo específico para acesso das agroindústrias e cooperativas, com pagamento em produtos ou recursos financeiros;
- Assegurar acesso a crédito em condições adequadas ao perfil dos pequenos negócios, com assistência técnica que dê maior sustentabilidade e competitividade a sua atuação;
- Fomentar a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação dos bancos populares em microcrédito e crédito solidário na cidade e no campo;



- Modelar e implementar um Programa Municipal de Incentivo às Compras Públicas das cooperativas, com possibilidade de formação de consórcios de cooperativas para a participação em editais públicos;
- Ampliar a participação social em Conselhos Municipais e criar o Conselho Municipal de Economia Solidária.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O TURISMO

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas deste século. Pesquisas apontam que a atividade corresponde de 1% a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Esta participação se manifesta especialmente no nível municipal, onde o fenômeno turístico surge como propulsor de valores econômicos, sociais, culturais e ambientais. O turismo dialoga com a diversidade cultural, a preservação ambiental, as diversidades de gênero e de raça e as populações originárias. As ações devem refletir essa realidade e estarem de acordo com preceitos éticos, sustentáveis e científicos:

- Reposicionar o turismo de modo que a gestão pública seja participativa, com a criação ou fortalecimento dos Conselhos municipais, câmaras temáticas, consórcios, instâncias de governança locais, entre outras formas para se escutar a população;
- Escolher um ou mais eixos centrais para o turismo de acordo com as especificidades e características do município, considerados os diferentes estágios de seu desenvolvimento local;
- Apoiar a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Onde ele já existe, apoiar ações para seu fortalecimento e escuta;
- Construir um Plano Municipal de Turismo adequado à realidade local; fortalecer a identidade turística local; entender a oferta turística como o conjunto que compreende equipamentos, bens e serviços, além do seu caráter artístico, cultural e social, entre outros;
- Destinar orçamento próprio para o desenvolvimento do turismo no município, aplicado a partir de um Plano Municipal de Turismo;
- Nas cidades com deficiência de malha aérea, considerar a viabilidade de se conceder incentivos para sua ampliação;
- Ver o turismo de forma ampla, e não apenas como lazer, para chegar a outras vertentes, tais como os turismos de saúde, de negócios e de estudos, entre outros. Tais iniciativas podem ser orientadas a partir do Programa de Regionalização do Turismo do MTUR;
- Manter um diálogo permanente com as esferas estadual e federal por meio das Secretarias de Estado e Ministério do Turismo, criando parcerias políticas e programas no município;
- Dialogar com prefeitos e vereadores das cidades da região para desenvolver roteiros regionais e iniciativas cooperadas.



- Investir na qualidade de serviços prestados é fundamental para a interiorização do turismo. A qualidade da mão de obra nos meios de hospedagem e de transporte, na gastronomia, no lazer e nos eventos é fundamental. Sugere-se que o gestor atue por meio das secretarias de turismo e do COMTUR;
- Valorização dos atributos do município, e não só os paisagísticos, incentivando o artesanato, a gastronomia, as manifestações culturais e demais produções associadas;
- Incentivar o turismo doméstico, uma vez que o visitante nacional é reconhecido como alguém que gasta no local acima da média e deixa divisas nos lugares visitados;
- Criar mecanismos para à atração de turismo de negócios, tanto os nacionais como os internacionais.
- Identificar, nos planos municipais, os pólos (clusters) de desenvolvimento em hotelaria, alimentação, transportes e atrativos diversos, com o uso de uma linguagem simples e acessível;
- Promover a inclusão social na pauta do turismo, envolvendo ações políticas de classes e organização das comunidades; propor pólos turísticos com o objetivo de ampliar as camadas sociais nele envolvidas e melhorar as ações políticas frente a diferentes grupos;
- Integrar ações de turismo nas secretarias de Trabalho, Emprego e Renda de modo a abrir suas agendas para os conselhos e fóruns municipais de fomento ao turismo.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA O MEIO AMBIENTE, NATUREZA E CLIMA

Turismo e desenvolvimento sustentável devem caminhar juntos. A promoção de práticas de turismo sustentável inclui ações saudáveis de negócios e na cidade como um todo, mas também de sensibilização dos turistas para questões ambientais e sociais locais, incentivando-os a adotar comportamentos responsáveis durante suas viagens.

- Incluir propostas de investimento em capacitação e educação ambiental para profissionais do turismo, comunidades locais e turistas; isso pode aumentar a conscientização desses atores sobre questões ambientais, despertando-os para a adoção ou fortalecimento de comportamentos responsáveis na interação com o meio ambiente;
- Práticas sustentáveis de turismo nas cidades devem levar em conta propostas de menor impacto ambiental;
- É indiscutível a necessidade de conservação e defesa do meio ambiente. Para tanto, os indivíduos precisam ser conscientizados e, para que esta tomada de consciência se alastre entre presentes e futuras gerações, é importante que se trabalhe a educação ambiental dentro e fora da escola, incluindo projetos que envolvam os alunos ;



- Como o turismo utiliza intensamente os recursos naturais, é importante destacar a preservação de áreas verdes e florestas urbanas. Iniciativas como o plantio de árvores, criação de parques e preservação de áreas verdes urbanas melhoram a qualidade do ar e fornecem sombra para turistas e locais, ajudando na captura de carbono;
- O incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura orgânica, agroflorestas e rotação de culturas, pode ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes da agropecuária tradicional e aumentar a resiliência das comunidades rurais às mudanças climáticas, constituindo-se também em atrativo para atrair turistas e integrar cadeias produtivas locais.

CIDADES RESILIENTES

Os objetivos centrais do programa municipal para as políticas urbanas serão a partir de duas grandes linhas:

- a. redução das desigualdades urbanas e
- b. transição ecológica e climática nas cidades. habitação, mobilidade, saneamento, uso do solo, ambiente urbano, entre outros temas, sendo estes programas integrados e articulados com a política urbana, ambiental e econômica, de modo a garantir o direito à cidade (água, infraestrutura, moradia, mobilidade e conectividade) e ao mesmo tempo se relacionando com o crescimento econômico e geração de emprego e renda.

Sob formas apropriadas ao perfil econômico e considerada sua inserção macrorregional, adotando os instrumentos de Reforma Urbana previstos no Estatuto da Cidade, bem como o planejamento inclusivo visando garantir a função social da propriedade, o combate à especulação e a captura da valorização imobiliária gerada por investimentos públicos. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana da ONU, assim como a política nacional de desenvolvimento urbano (em elaboração pelo governo federal) serão orientadoras das propostas de políticas.

Melhorar a qualidade de vida dos moradores dos bairros Distritos é uma meta importante para qualquer cidade. A boa convivência aliada ao bem-estar depende exclusivamente de outros fatores que não estão ligados somente a questões sociais, mas também a criação de ambientes de recreação, playgrounds, paisagismos, reformas de praças, entre outras ações necessárias. Incentivar hábitos mais saudáveis entre os moradores dos bairros e distritos. É necessário investir em projetos que vão ao encontro do entretenimento e da qualidade de vida. Não importa o tamanho do seu bairro, ter uma praça pública é quase obrigatório. Apesar disso, não basta apenas ter uma praça disponível, é necessário que ela seja agradável e bem construída para cumprir seu principal propósito: ser um ponto de encontro entre pessoas.

Desse modo, além de cuidar para que a praça ofereça conforto, é interessante ficar atento a outros pontos, como disponibilização de um parquinho para as crianças, iluminação



adequada para os passeios noturnos e toda estrutura necessária para receber os moradores, afinal de contas, uma praça segura e limpa é sempre sinônimo de um bairro com cara de “Cartão Postal”.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES URBANAS

- Combater a desigualdade no acesso à terra, priorizando a baixa renda e buscando recursos do programa Minha Casa Minha Vida, mas também investindo recursos locais sempre que possível;
- Os projetos habitacionais devem ser inseridos na cidade e articulados aos objetivos dos planos diretores, para reduzir a segregação e aproximar moradia do trabalho, estudo e lazer;
- Reduzir as desigualdades com a inserção de programas robustos em territórios vulneráveis, como periferias, urbanização, infraestrutura, saneamento, mobilidade, eliminação de risco, melhorias habitacionais, qualificação de áreas públicas e verdes.
- A garantia da universalização do acesso à água e ao saneamento básico como prioridade.

ADAPTAÇÕES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- A redução das emissões de CO₂ na mobilidade, na gestão de resíduos e em toda a cadeia da construção civil é central na descarbonização das cidades e na transição climática e energética;
- Adaptar a cidade para enfrentar os eventos extremos gerados pela emergência climática passa a ser um desafio permanente, como ensinam as lições das grandes cheias no RS;
- É necessário investir na drenagem urbana, em obras de contenção de encostas, melhoria habitacional e recuperação da cobertura vegetal em áreas de risco;
- Fortalecer os serviços de alertas e prevenção, assim como a defesa civil e os núcleos comunitários;
- Elaborar a Análise de Risco e Vulnerabilidade do Município (ARVC), fundamental para conhecimento dos prováveis impactos em determinados territórios, orientando a ação pública e os investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade;
- Instituir sistema de Defesa Civil que envolva amplamente a sociedade, especialmente a população mais vulnerável, residentes em fundos de vale e em torno de riachos e rios.
- Estabelecer instâncias de articulação regional, estadual e nacional para ações de mitigação, de prevenção e de resposta a desastres ambientais;



- Internalizar o conceito de justiça climática na definição de prioridades, pois se toda a população está sujeita aos eventos extremos, mais vulnerável é a parcela que vive em áreas de risco, sem infraestrutura ou com infraestrutura deficiente;
- Elaborar a revisão do Plano Diretor e da legislação Urbanística incorporando as demandas da Política Climática;
- Fomentar as ações de segurança alimentar, pois a mudança climática impactará a produção de alimentos;
- Fomentar as ações de capacitação e conscientização da população, esclarecendo qual o seu papel na mitigação dos gases de efeito estufa (GEE);
- Ampliar a segurança dos sistemas essenciais à população, com planos de contingência nas áreas de transporte, saúde e abastecimento.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A HABITAÇÃO

- Política própria, detalhada no Plano Local de Habitação de Interesse Social especialmente voltado para o atendimento da população com renda de até 3 salários mínimos, a qual responde por 85% do déficit habitacional acumulado do País; - Detalhar o plano (PLHIS) em consonância com o Plano Diretor, ouvindo a população, suas demandas e propostas;
- Reinserir o município no Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Facilitar o acesso à terra de qualidade, utilizando instrumentos como as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), IPTU progressivo em conjunto com recursos previstos no Estatuto das Cidades para combater ociosidade de terras urbanas, entre outros dispositivos amparados na legislação do Código Civil;
- Prover financiamento com recursos de programas federais e de próprios, neste caso oriundos, por exemplo, da Outorga Onerosa do Direito de Construir; Cota Solidariedade como a que já existe em Nova York, Paris e São Paulo; Contribuição por Melhoria Decorrente de Obra Pública, entre outros meios;
- Melhorar a qualidade da construção privada no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV), sob regulação e direcionamento do poder público municipal; desenvolver as municipalidades como agente promotor do MCMV e apoio à construção por autogestão.

MOBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O acúmulo de conhecimentos e experiências no mundo e no Brasil permite apontar medidas no campo da mobilidade urbana, como proposta:

- Tarifa Zero para o transporte Coletivo: a tarifa zero é uma forma de garantir acesso democratizado ao transporte público. A adoção da tarifa zero é uma política pública, inclusiva e de caráter social, que garante o acesso universal a um serviço público



essencial e estratégico, direito do cidadão e dever do Estado, importante instrumento de organização do espaço urbano e de racionalização do uso do sistema viário, principalmente, pelo aumento do uso do transporte coletivo. Além disso, é a expressão maior da utilização do subsídio pleno para o pagamento de todos os custos operacionais incorridos na operação dos ônibus.

- Atuar para investir e promover políticas e programas de transporte e mobilidade superando a visão predominante de apenas gerenciar e operacionalizar os contratos sob concessão;
- Manter e reforçar a integração entre trânsito, transporte e mobilidade, com unificação do trabalho em uma só autarquia ou empresa pública;
- Ampliar os investimentos públicos em mobilidade, instituindo um Fundo de Mobilidade que garanta investimentos contínuos;
- Considerar a acessibilidade universal em todos os setores e projetos, satisfazendo a demanda reprimida de pessoas com deficiência no acesso ao espaço público;
- Avançar na implantação de corredores de ônibus;
- Avançar na eletrificação do transporte, com apoio dos programas federais do PAC e projetos de financiamento do BNDES;
- Ampliação da rede cicloviária para garantir segurança dos ciclistas e estimular o uso da bicicleta.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A COMUNICAÇÃO

É possível desenvolver iniciativas de comunicação no âmbito municipal com foco na conscientização da população sobre seus direitos. Os governos e demais poderes devem atuar no sentido de maior democratização dos meios, transparência e facilitação do acesso à informação, com diversidade e pluralidade das fontes e de opiniões. É importante diferenciar as iniciativas de caráter institucional governamental (comunicação do governo municipal, Prefeitura e Câmara Municipal) das iniciativas de políticas públicas voltadas para o exercício da cidadania a partir da difusão de uma informação veraz e de qualidade, especialmente diante da grande quantidade de informações falsas (fake news) que inundam as redes sociais. Garantir a inclusão digital nas áreas urbana e rural como fator indispensável para a inclusão social e desenvolvimento econômico;

- Contribuir para ampliar a pluralidade e diversidade de fontes de informação no município, reconhecendo a comunicação como direito humano essencial à liberdade de expressão de todos e todas;
- Combater a desinformação e as 'fake news';
- Utilizar a comunicação institucional como ferramenta de conscientização dos direitos da população e democratização da gestão municipal, com transparência das ações e programas do governo;



- Garantia de acesso da população local às informações e serviços públicos, bem como participação popular na definição, monitoramento e implementação das políticas públicas municipais;
- Contribuir com a integração das diversas políticas públicas, usando a comunicação institucional como instrumento de construção da transversalidade e complementaridade dessas políticas públicas municipais;
- Implementar um Plano Municipal de Comunicação com participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil organizada;
- Criar mecanismos que protejam os dados da população no serviço público e ao mesmo tempo promovam uma comunicação eficiente com vistas à conscientização das pessoas sobre seus direitos.
- Implementar de fato no âmbito municipal a Lei de Acesso à Informação (Nº 12.527/2011), garantindo que a prefeitura, secretarias municipais, empresas públicas e autarquias se comprometam a responder às demandas em prazo legal (5 dias); esforço de transparência nas informações;
- Assegurar o máximo de transparência e interatividade nos portais da prefeitura e da, possibilitando que o cidadão e a cidadã acessem as principais informações sobre a gestão e utilizem os serviços remotos de gestão (matrículas, certidões, alvarás, consultas médicas, exames), com acolhimento de suas dúvidas, críticas, sugestões e elogios;
- Dar maior conhecimento dos serviços de Ouvidoria à população, pois eles permitem dimensionar quais demandas encaminhadas estão sendo melhor respondidas ou equacionadas, no prazo e/ou na qualidade desejada;
- Produzir relatórios mensais das Ouvidorias e publicá-los nos respectivos portais da Prefeitura, Câmara Municipal, Secretarias, empresas e autarquias públicas municipais;
- Implementar, ao lado dos serviços de Ouvidoria, Centrais de Atendimento aos cidadãos e cidadãs;
- Investir na comunicação via plataformas de redes sociais mais utilizadas na cidade e utilizá-las para o estabelecimento de um diálogo mais rápido e uma escuta frequente com a população;
- Adotar softwares livres na administração municipal (executivo e legislativo), com padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações dos órgãos públicos municipais;
- Criar uma Secretaria Municipal de Comunicação com capacidade para coordenar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público, fazendo uma gestão integrada dos diferentes meios e instrumentos de comunicação existentes;
- Fazer uma gestão democrática, transparente e eficiente da Imprensa Oficial, cujo instrumento primeiro é o Diário Oficial do Município.



- Dar suporte e apoio à realização periódica de conferências municipais de comunicação, com participação tripartite, espaço de debate, formulação e deliberação de políticas públicas desta área;
- Fortalecer as mídias públicas, comunitárias, populares, independentes e alternativas, estabelecendo um percentual mínimo na destinação das verbas públicas de publicidade para rádios e TVs comunitárias, jornais populares e de bairro, blogs e sites alternativos;
- Fomentar, sempre que possível por meio de um Fundo de Fomento Municipal a Comunicação Popular, com editais públicos definidos e lançados de forma transparente;
- Promover programas e iniciativas voltadas para a formação e alfabetização digital, incluindo escolas, pontos de cultura, lan houses, praças do conhecimento e redes de fibra ótica (última milha) que cheguem até as comunidades mais carentes;
- Ampliar a oferta de banda larga gratuita no município por meio de acesso sem fio em grande escala, com a criação de hotspots, telecentros e postos de conexão;
- Desenvolver a educomunicação e a leitura crítica da mídia nas escolas da rede pública municipal, estimulando a prática da transversalidade dos temas educacionais nos espaços escolares;
- Apoiar a radiodifusão comunitária, cidadã e pública, com suporte às rádios e TVs comunitárias, rádios e TVs públicas locais.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

- Estruturar e implementar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), estrutura idealizada com o objetivo de Integrar Órgãos Federais, do Sistema Estadual de Segurança Pública, e de órgãos municipais.
- Implementar centros de inteligência operacional do município reunindo sistemas digitais de segurança pública para impedir ocorrências criminais em tempo real e intensificar o controle e monitoramento das vias com grande circulação de pessoas e veículos;
- Revisão do programa de instalação de câmeras de monitoramento nas principais ruas da cidade de Toledo, principalmente em pontos estratégicos e de alto tráfego de veículos como o cruzamento das ruas Atílio Fontana com a Carlos Sbaraine e demais bairros da nossa cidade.
- Implantar o monitoramento de câmeras nos lugares públicos como praças e parques onde o fluxo de pessoas é grande;
- Iluminação da cidade com lâmpadas de LED também nos bairros;
- Parcerias com ONGs e clínicas de recuperação;
- Garantia de terrenos baldios limpos;
- Formação permanente da guarda municipal para que atue...



- Trabalho conjuntos da guarda Municipal com a política civil e militar...
- Concurso para Guarda
- Combate permanente à violência contra as mulheres
- Estabelecer ações formativas e de prevenção das diversas formas de violência (escolas, comunidades, parcerias com ONGs e igrejas).

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A CULTURA

É crucial reconhecer a forte relação entre cultura e política, especialmente nos territórios periféricos, sejam eles urbanos, rurais, econômicos, de povos e comunidades tradicionais etc. Os grupos culturais das periferias brasileiras desempenham uma diversidade de atividades que vão desde oficinas e apresentações artísticas até formações políticas e ajuda mútua à população em momentos de crise, como evidenciado durante a pandemia. Reconhecendo a centralidade desses grupos para a transformação dos territórios periféricos, iremos:

- Criar e incentivar políticas públicas de cultura que fomentem e financiem atividades nas periferias, possibilitando também a participação de grupos sem figura jurídica - com repasses via CNPJ e CPF. Para além dos editais, é preciso institucionalizar essas políticas e programas (sempre que possível, via leis municipais que incluam rubricas orçamentárias conforme previsto no SNC);
- Retomar uma política participativa de fato, envolvendo as organizações das periferias no nível municipal. A escuta garante o exercício da cidadania;
- É imprescindível estabelecer o fortalecimento das instâncias de participação, como comitês e conselhos municipais de cultura com a participação de representantes de grupos culturais setoriais, identitários da comunidade e periféricos.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A ÁREA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

A cidade que almejamos construir, vibrantes e prósperas, deve reconhecer e acolher todos os seus habitantes, incluindo todas as espécies de animais que compartilham conosco este espaço. A população brasileira está cada vez mais consciente da importância de proteger os animais e garantir seu bem-estar. Com mais de 77 milhões de animais em lares brasileiros e 14% da população se declarando vegetariana ou vegana, a saúde humana e os direitos dos animais estão interligados. A ciência comprova que a exploração animal no sistema produtivo, bem como a caça e o desmatamento contribuem para o surgimento de doenças zoonóticas, como a COVID-19 e gripe aviária. A defesa dos direitos e da proteção dos animais de todas as espécies não é apenas uma questão de compaixão, mas também ética e de justiça social, de saúde pública e ambiental.



A situação atual dos animais em nossas cidades é alarmante, com muitos sofrendo abandono, maus-tratos e exploração. Nas ruas, enfrentam fome, doenças, frio e agressões; em cativeiro, vivem em condições precárias e sem cuidados básicos. Apresentamos algumas propostas abrangente para a inclusão dos direitos animais na agenda pública municipal, com foco em cinco áreas principais, detalhando as ações necessárias para o sucesso de cada iniciativa, com a inclusão de sugestões adicionais:

- Criação da Secretaria Municipal de Proteção, Defesa e Direitos Animais ou, alternativamente, a criação de Superintendência de Proteção, Defesa e Direitos Animais subordinada à Secretaria de Meio Ambiente.
- Participação intersetorial: Institucionalização de um conselho municipal e de outros mecanismos permanentes de participação social com diferentes órgãos públicos, tutores, sociedade civil, ONGs e protetores independentes na construção e implementação da agenda.
- Competências e recursos orçamentários: Definição formal de responsabilidades e verbas específicas para cada ação da agenda, garantindo a efetividade das medidas e a transparência na gestão dos recursos.
- Plano Plurianual de Gestão (PPAG): Planejamento estratégico de longo prazo com metas e indicadores específicos para o bem-estar animal.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Diretrizes para a aplicação dos recursos com foco na efetividade das políticas públicas e na otimização do orçamento.
- Lei Orçamentária Anual (LOA): Ação anual com recursos específicos e transparentes para os direitos animais, com detalhamento das rubricas e acompanhamento da execução.
- Fundo municipal: Estruturação de um fundo municipal para a defesa dos animais, com destinação de recursos e com a possibilidade de captação de recursos.
- Plano Diretor: Incorporar diretrizes de proteção e defesa animal nas normas de planejamento e desenvolvimento urbano municipal, tanto em território rural como urbano.
- Diagnóstico detalhado: Realização de um estudo abrangente para identificar os principais problemas da situação dos animais no município, considerando aspectos como abandono, maus-tratos, acesso à saúde e controle populacional ético.
- Canal Animal: Criação de uma linha telefônica gratuita para denúncias de maus-tratos, para informar sobre animais achados, perdidos, acidentados e outras ocorrências, garantindo o fluxo correto da demanda aos respectivos órgãos responsáveis, em todos os âmbitos da administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, facilitando o acesso da população e garantindo agilidade nas respostas.
- Protocolos e processos integrados: Ação conjunta entre diferentes poderes e órgãos para garantir a proteção dos animais, com foco na prevenção, investigação e punição de crimes contra os animais.
- Investigação de maus-tratos: Apoio à investigação de casos de maus-tratos, promovendo a atuação conjunta com a polícia e demais órgãos competentes.



Treinamento dos agentes e da população para não descaracterizar os cenários de possíveis crimes contra os animais.

- Elaboração de planos municipais de proteção à vida dos animais em eventos climáticos e desastres ambientais.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA COM AS MULHERES DE TOLEDO

As mulheres representam a maioria de nossa sociedade e somam mais de 104,54 milhões de pessoas, o equivalente a 51,5% da população brasileira. A maior parte delas tem entre 35 e 44 anos (8,11%) e a partir do grupo de 25 a 29 anos a proporção se torna maioria em todas as regiões do país, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As mulheres são, pela primeira vez em cinco décadas, maioria em todas as grandes regiões do Brasil. E no município de Toledo são 77.023 (51%) mulheres e 73.447 (49%) homens, ou seja, são 3.576 mais pessoas do sexo feminino em comparação com o sexo masculino.

O total da população de Toledo é de 150.470. É urgente o resgate de políticas públicas para as Mulheres do Município de Toledo considerando os elevados índices de vulnerabilidade sofridos. O enfrentamento e prevenção à violência. Valorização do trabalho e da autonomia financeira. Programas e projetos conectados à promoção de saúde, educação, habitação e qualificação.

Esforço direcionado à garantia de direitos e ao acesso à cidadania. Melhorias legislativas. Compromissos internacionais. Ampliação de espaços em setores como agricultura familiar, cultura e esporte, ações que apontam para conquistas e avanços em políticas voltadas para o público feminino.

- Criar o Programa “Mulher, Viver sem Violência”, programa que integra e amplia serviços para mulheres vítimas de violência.
- Construir no Município de Toledo a “Casa da Mulher Brasileira”, que integra, em um mesmo espaço, os principais serviços públicos dirigidos às mulheres em situação de violência.
- Fomentar programas de empreendedorismo voltado às mulheres;
- Educação e qualificação profissional para mulheres;
- Aderir aos programas Federais lançados para atendimento ao público feminino.
- Programas voltados à saúde mental das mulheres, facilitando o acesso aos programas e ampliando o número de atendimentos.
- Criação da Vara da Violência Doméstica, É de grande relevância a criação dos juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade Toledo, visando assim, não só uma maior celeridade dos processos, como também, promover grande eficácia sobre a proteção de cada mulher. A ausência desses juizados e a cumulatividade dos respectivos processos tornam-se prolongados a resolução dos



mesmos, e com isso, acaba dando ensejo para um maior número de agressões praticadas contra essas vítimas. Subtendendo que, se não há órgãos específicos para a tomada das medidas cabíveis, não há também punições contra os agressores do crime. Visto que, poucas são as comarcas que possuem juizados especiais para resolver somente casos de violência doméstica contra a mulher.

- Realizar o cumprimento da Lei 14.541, sancionada em 4 de abril de 2023, que prevê o funcionamento ininterrupto de todas as Delegacias da Mulher do Brasil, incluindo domingos e feriados. Além disso, essa legislação estipula que o atendimento deve ser feito, preferencialmente, em uma sala reservada e por policiais mulheres.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS PARA A JUVENTUDE

O Estatuto da Juventude, marco para a participação social e política dos/as jovens, tem como seu primeiro princípio a “promoção da autonomia e emancipação dos/as jovens”, seguido da “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”.

A compreensão da pessoa jovem como sujeito político e social é uma conquista que deve ser celebrada e construída cotidianamente. Quando as políticas públicas recuam nesta compreensão e se eximem de sua responsabilidade, uma geração perde direitos, espaço político e capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país. Estimular a participação social da juventude, além de ser um direito previsto no Estatuto, é fundamental para se combater a violência política e fortalecer os valores democráticos.

- Garantir a participação juvenil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, promovendo seminários, fóruns e debates;
- Garantir espaços para a juventude nos conselhos municipais;
- Fortalecer o conselho municipal de juventude.
- Fomentar espaços culturais públicos, de gestão compartilhada com a sociedade civil, com equipamentos adequados e estrutura própria, de modo a suprir as necessidades dos jovens artistas, em especial os das regiões pobres da cidade;
- Criar espaços multiculturais nas regiões.
- Criação do Programa “JOVEM AGENTE CULTURAL”, O programa oferece aos participantes formações que envolvem aspectos da produção e gestão cultural, da diversidade e das manifestações culturais. As formações também envolvem atividades práticas nas áreas de recepção, produção e difusão cultural nos equipamentos e departamentos culturais pertencentes à Secretaria Municipal de Cultura de Toledo.
- Descentralização das políticas de Juventude, com atividades voltadas à cultura, esporte, cidadania e formação nos mais diferentes territórios (bairros e distritos).
- Criar no município de Toledo o programa “Jovens no Clima”, projeto voltado para a área ambiental, com o objetivo de sensibilizar, educar e investigar e desenvolvimento que inclui programas de educação no modelo de Gincanas Juvenis. Espaços de



encontro, grupos de estudo e formação com intervenções artísticas e campanhas de conscientização pública.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS COM A AGRICULTURA E O AGRONEGÓCIO

Toledo, no oeste do Paraná, se destaca como um importante pólo agroalimentar, com um setor agrícola forte e diversificado. No entanto, a gestão das políticas públicas voltadas para o agronegócio ainda se encontra fragmentada entre diferentes secretarias municipais, limitando a efetividade das ações e o desenvolvimento pleno do setor.

Diante desse cenário, propõe-se a criação da Secretaria Municipal de Agricultura e Agropecuária (SMA) em Toledo, com o objetivo de fortalecer e otimizar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio local.

A fragmentação da gestão das políticas públicas para o agronegócio em Toledo gera diversos desafios:

- Falta de foco e priorização: As demandas do agronegócio competem com as de outras áreas dentro das secretarias existentes, diluindo o foco e a priorização das ações voltadas para o setor.
- Ineficiência e desperdício de recursos: A falta de uma estrutura dedicada à gestão das políticas públicas para o agronegócio pode levar à ineficiência na alocação de recursos e à sobreposição de ações.
- Dificuldade na interlocução com o setor: A fragmentação da gestão dificulta a comunicação e a interlocução entre o poder público e os representantes do agronegócio, limitando a capacidade de atender às demandas específicas do setor.
- Perda de oportunidades: A falta de uma visão estratégica e coordenada para o desenvolvimento do agronegócio pode levar à perda de oportunidades de crescimento e investimento no município.

A criação da SMA visa alcançar os seguintes objetivos:

- Fortalecer a institucionalidade do agronegócio: A SMA terá como função central fortalecer a institucionalidade do agronegócio no município, concentrando em um único órgão a gestão das políticas públicas voltadas para o setor.
- Promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio: A SMA atuará na promoção do desenvolvimento sustentável do agronegócio, buscando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social.
- Ampliar a eficiência da gestão pública: A SMA contribuirá para a ampliação da eficiência da gestão pública, otimizando a alocação de recursos e evitando a sobreposição de ações.
- Melhorar a interlocução com o setor: A SMA facilitará a interlocução entre o poder público e os representantes do agronegócio, criando um canal de comunicação mais eficaz para atender às demandas do setor.



- Atrair investimentos e gerar oportunidades: A SMA trabalhará para atrair investimentos para o agronegócio local e gerar novas oportunidades de emprego e renda para a população.
- Importância do agronegócio para Toledo: O agronegócio é um dos principais setores da economia de Toledo, respondendo por um significativo percentual do PIB municipal e gerando milhares de empregos.
- Necessidade de uma gestão especializada, as atividades agropecuárias têm exigido cada vez mais uma gestão especializada e dedicada, capaz de atender às demandas específicas do setor.
- Experiências exitosas em outros municípios: Diversos municípios brasileiros já criaram secretarias municipais de agricultura com resultados positivos, demonstrando a viabilidade e a efetividade dessa iniciativa.
- Compromisso com o desenvolvimento sustentável: A criação da SMA reforça o compromisso do município com o desenvolvimento sustentável do agronegócio, conciliando crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social.
- A incidência de chuvas torrenciais recorrentes tem provocado erosão laminar em centenas de propriedades em todas as localidades do município, e com diferentes gravidades. É preciso retomar trabalhos de manejo adequado dos solos com reforço de terraços e rompimento da camada compactada.
- Toledo tem se notabilizado como sendo o município com maior VBPA, de modo recorrente, nos últimos anos, mesmo sendo dependente de uma significativa concentração das origens desses valores (90%) de tão somente quatro cadeias produtivas, sendo duas culturas (soja e milho) e duas criações (aves e suínos). Para evitar os elevados riscos de tal concentração é fundamental o desenvolvimento e implementação de novas cadeias produtivas e um maior incentivo às importantes cadeias da tilápia, do leite, além de hortícolas e frutíferas.

Para viabilizar isso, faz-se necessário reestruturar a Secretaria de Agricultura e dotar esta com quadro de profissionais capacitados que possam atender essa demanda crescente por parte, em especial, das propriedades de agricultores familiares.

ESSE PLANO DE GOVERNO É PARA TODOS E TODAS OS CIDADÃOS DA CIDADE DE TOLEDO

As propostas aqui apresentadas são frutos de muita conversa e das muitas opiniões coletadas através de diálogos nos diversos segmentos da sociedade de Toledo. As propostas, e compromissos, serão implementados de forma gradual seguindo cronogramas específicos e visando abranger todo município. Um bom governo necessita ter a visão da dimensão da sociedade e da sua pluralidade, a população não pode ficar à mercê das desigualdades, sejam elas de todas as ordens. Temos a alegria e satisfação de



apresentar um Plano de Governo que, depois de implantado e executado, vai atender aos interesses e necessidades de todos os Toledanos e Toledanas. a fim de melhorar a nossa realidade. Vamos manter tudo que de bom existe e implementar propostas inovadoras a fim de valorizar as nossas potencialidades. O crescimento que virá, será favorável a nós e aos nossos familiares.

A inovação e a boa gestão tem consequências diretas e introduzem a discussão sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. Estamos inseridos num mundo globalizado, pela nossa capacidade de produção de proteína animal , essas características inovativas e de gestão devem incorporar novos conceitos na estratégia das políticas públicas para que ocorra um desenvolvimento sustentável com desenvolvimento social. Nossa gestão será orientada para um governo participativo, equitativo e de oportunidades para todos.

